

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO N° DE 2021.

(Do Sr. Rogério Correia e outros)

Requer a realização de audiência pública destinada a debater a política estatal de combate ao trabalho análogo a escravo no Brasil, e a prática de tal crime no território nacional, com olhar especial para o caso das lavouras de café em Minas Gerais.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater a política estatal de combate ao trabalho análogo a escravo no Brasil, e a prática de tal crime no território nacional, com olhar especial para o caso das lavouras de café em Minas Gerais.

Indicamos a oitiva dos seguintes convidados, além de outros a serem indicados posteriormente:

- Representante da Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE/MG)
- Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT);
- Representante da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT);
- Representante da Confederação dos Trabalhadores Assalariados Rurais (CONTAR);
- Representante da Repórter Brasil;
- Representante da Conectas Direitos Humanos.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214018958400>



JUSTIFICAÇÃO

O combate ao trabalho análogo a escravo no Brasil é imprescindível para que seja extirpado esta prática desumana, cruel e repugnante, notadamente considerando o passado escravagista do Brasil.

As políticas de combate ao trabalho escravo pela União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Previdência e pelo Ministério Público Federal do Trabalho, tem reconhecimento internacional e é referência no mundo.

Entretanto, a crescente fragilização da atuação estatal, bem como a crescente precarização das condições de trabalho agravado pelo crescimento do desemprego e desalento, redundando no aumento da condição de miséria e da indigência é um campo propício para o incremento desta prática ilegal e imoral.

Os casos de trabalho análogo a escravo no Brasil, em especial nas lavouras de café de Minas Gerais têm crescido e revelado preocupação no plano social e econômico. No primeiro a degradação da vida humana e seus impactos sociais em famílias e comunidade local. O segundo o comprometimento da competitividade internacional à medida em que à ocorrência de trabalho escravo leva à rejeição dos produtos nacionais no mercado internacional.

Para se ter uma ideia, em operações realizadas entre Julho e outubro do corrente ano, pelos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Previdência e pelo Ministério Público do Trabalho foram resgatados aproximadamente 300(trezentas) pessoas, somente no café e na produção de alho, incluindo menos de 13 anos no sul de Minas Gerais e no triangulo mineiro, tendo como objeto, fazendas em Boa Esperança, Ilícínea, Poço Fundo, Heliodora, Machado, São Sebastião do Paraiso, Jacui, Coromandel, Presidente Olegário, João Pinheiro, Espírito Santo do Dourado, entre outros, revela a tendência de que a prática vem crescendo, notadamente considerando a importância e visibilidade da cultura de café em especial.

Por essas razões, apresentamos o presente Requerimento, entendendo que o tema é de fundamental colaboração para o bom desempenho parlamentar na área fins desta Comissão, confiantes no apoio dos demais integrantes para sua aprovação

Brasília, 01 de julho de 2021.

Rogério Correia

PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rogério Correia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214018958400>

LexEdit
CD214018958400*